

Cigarro provoca danos à saúde e ao meio ambiente

Além dos danos à saúde pública, a produção e o consumo de produtos derivados do tabaco geram importantes impactos socioambientais em todo o planeta – um deles é o uso de lenha para aquecer estufas que secam as folhas de tabaco e que leva ao desmatamento e ao desequilíbrio da biodiversidade em tempo de constantes mudanças climáticas. O alerta é da Organização Mundial da Saúde (OMS). No Dia Mundial sem Tabaco 2017, lembrado em 31 de maio, a



entidade adotou como tema da campanha “Tabaco: uma ameaça ao desenvolvimento”. A proposta consiste em um apelo aos países-membros para que implementem medidas consistentes de controle do tabaco, incluindo a proibição de todo tipo de *marketing* e publicidade relacionados ao assunto, a adoção de embalagens simples para os produtos e o aumento de impostos especiais voltados para o setor.

Dados da OMS mostram que o consumo do tabaco mata mais de 7 milhões de pessoas todos os anos e custa aos lares e aos governos mais de US \$ 1,4 trilhão, em razão de despesas com saúde e da perda de produtividade.

Cicatrizes ao meio ambiente

Ainda segundo a OMS, os impactos do tabaco e de seus derivados na natureza envolvem dados como:

- Resíduos de tabaco contêm mais de 7 mil produtos químicos tóxicos que envenenam o meio ambiente, incluindo carcinogênicos humanos;
- Emissões de fumaça proveniente do tabaco contribuem com milhares de toneladas de carcinogênicos humanos, tóxicos e gases de efeito estufa para o meio ambiente;
- Cerca de 10 bilhões dos 15 bilhões de cigarros vendidos todos os dias no mundo são descartados no meio ambiente;

- Bitucas de cigarro respondem por 30% a 40% de todos os itens coletados em limpezas costeiras e urbanas.

Ameaça a mulheres e crianças

A entidade alerta ainda que o tabaco representa ameaça a todo tipo de população e também ao desenvolvimento nacional e regional dos países sob diversos aspectos, incluindo:

- Pobreza: cerca de 860 milhões de fumantes adultos vivem em países de baixa e média renda. Estudos mostram que nos lares mais pobres, gastos com produtos derivados do tabaco representam mais de 10% do orçamento, o que significa menos renda para alimentação, educação e saúde;
- Infância e educação: as plantações de tabaco comprometem o acesso de crianças à escola, já que entre 10% e 14% das famílias que vivem em fazendas onde o produto é cultivado perdem aula em razão do trabalho na lavoura;
- Mulheres: entre 60% e 70% dos trabalhadores de lavouras de tabaco são mulheres, o que as coloca em contato constante com produtos químicos perigosos à saúde;
- Saúde: o tabaco responde por cerca de 16% de todas as mortes provocadas por doenças crônicas não transmissíveis.

Fonte: Agência Brasil

Sede Campestre

Faça já a sua carteirinha!

A diretoria do SINTECT/JFA pede a todo trabalhador e dependente, que frequenta e faz uso da nossa Sede Campestre e ainda não tem a carteirinha de identificação, que procure a diretoria do Sindicato, na Sede Social, para confeccioná-la, pois a partir do dia 01/12/2017 só será liberada a entrada na sede para quem tiver a carteira de identificação.

Essa medida visa facilitar o melhor controle dos funcionários de quem frequenta o clube e ajuda a manter um ambiente familiar para nós, trabalhadores.

Quando for fazer sua carteirinha, leve foto 3x4 do usuário, data de nascimento, lotação do funcionário e matrícula. A carteira fica pronta na hora. Não deixe para depois!

EXPEDIENTE

Publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Empresa de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares de Juiz de Fora e Região
Rua Marechal Deodoro, 447/301 – Centro – Juiz de Fora/MG – 36013-001 – e-mail: sindjfa@ig.com.br – Tel: (32)3215-5318 – Fax: (32)3217-9729
Presidente: João Ricardo Guedes (Indio) - Jornalista Responsável: Munique Duarte - MTE 08612 - Impressão: Gráfica União - Telefone: (32)3215-3941 - Tiragem: 1000



Jurídico

Por Sandro Alves Tavares,
assessor jurídico do Sintect/JFA

Horas extras - base de cálculos

O Sindicato conseguiu ganhar, na Justiça do Trabalho, ação objetivando refazer o pagamento das horas extras dos trabalhadores que durante os últimos cinco anos fizeram e tiveram o pagamento nos contracheques de horas extras, para incidir na base de cálculos reflexos em FGTS; descanso semanal remunerado; décimo terceiro e férias + 70%; adicional de atividade, pela qual a empresa não realizava os cálculos de pagamento das horas extras com base apenas no salário base, sem incidir as parcelas discriminadas acima, o que, por recente decisão do Tribunal Superior do Trabalho, e por súmula pacífica deste mesmo tribunal, encontra-se incorreto, devendo-se incidir todas as parcelas salariais que compõe o salário.

TST - Súmula 264
HORA SUPLEMENTAR.
CÁLCULO (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003
A remuneração do serviço suplementar é composta do valor da hora normal, integrado por parcelas de natureza salarial e acrescido do adicional previsto em lei, contrato, acordo, convenção coletiva ou sentença normativa.

A norma prevista na ACT é prejudicial aos trabalhadores na medida em que lhe exclui direitos e causa prejuízos remuneratórios, quando nos cálculos de suas horas extras não se embute nenhuma verba de natureza salarial. Mesmo se utilizarmos aritmeticamente o adicional previsto na CF/88 – 50%, incluindo as verbas de cunho salarial, o valor da hora extra seria bem mais vantajoso ao reclamante.

Convocamos, pois, todos os trabalhadores, que trabalharam nos últimos cinco anos, a procurarem o sindicato a fim de ajuizar a respectiva demanda para reparar o pagamento das horas extras, numa média de 40% dos valores recebíveis, nos últimos cinco anos.

Em nosso site sintectjfa.org.br você acessa:

- contracheque,
- vale cultura,
- ticket,
- processos
- e outros links de seu interesse!

Não perca tempo!



Fundado em
21 de novembro de 1988
Filiado a FENTECT CUT

Notícias Sindicais

Informativo Mensal do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares de Juiz de Fora e Região - N°103
Maio de 2017 - www.sintectjfa.org.br

MALADIRETA
POSTAL
DOMICILIÁRIA
9912340568/2013-DR/MG
SINTECT/JFA
CORREIOS

FECHAMENTO AUTORIZADO
PODE SER ABERTO PELA ECT

TSE salva Temer em um jogo de cartas marcadas

Embora o senador mineiro, Aécio Neves (PSDB), e a mídia se digam indignados com o resultado do julgamento ocorrido entre os dias 06 e 09 de junho no TSE, sabemos que este acontecimento foi um jogo de cena, um teatro, um lance de cartas marcadas. Na realidade, o partido ficou indignado porque via na cassação do Temer a maneira de tomar de assalto, via eleições indiretas, a presidência que perdeu nas eleições, pois queria e ainda sonha com o mandato legitimamente entregue a Dilma, por mais de 54 milhões de brasileiros.

O partido “ofendido” e o tribunal não foram capazes de ser isentos de parcialidade. Ficou mais do que claro que o tribunal, que foi feito para tomar decisões jurídicas, partidizarizou-se e se tornou braço de partidos políticos. Em



contrapartida, o partido, que iniciou todo o processo, aliou-se ao candidato “cassado” e se tornou sua base aliada, para levar a cabo um pacote de reformas, que retira direitos e retroage a nossa sociedade em pelo menos cem anos. O que mostra que esta cassação nada tinha de indignação com a corrupção, mas fazia parte de um golpe, iniciado em 2016, com o *impeachment* para pagar a conta do acordo feito com a FIESP, o empresariado, com a grande mídia e o capital estrangeiro.

O que importa para alguns, uma parcela dos integrantes de tribunais, não é uma sociedade livre de corrupção, mas sim conter os avanços da classe trabalhadora, deixando que o socialismo e a igualdade entre pessoas sejam cada vez mais uma grande e bela utopia.

Situação dos Correios é debatida no Senado

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de privatizá-la. Nós queremos avançar para que seja 100% pública, de qualidade, eficiência, com respeito à população”, ressaltou a senadora do Rio Grande do norte.

A propósito da recente reestruturação da ECT - que, somada a outra anunciada em menos de um ano, já onera em mais de R\$ 100 milhões a empresa com consultorias -, o presidente Guilherme Campos voltou a falar em engajamento, com a eliminação de 400 posições de gerências e 20 departamentos, entre outros. Junto a isso, o Plano de Desligamento Incentivado, já com 7 mil de adesão.

Sobre o plano de saúde, Campos reafirmou que o mesmo gera déficit para a ECT. “Do jeito que está, o plano de saúde vai representar a morte da empresa”, enfatizou. No entanto, o secretário-geral da FENTECT, José Rivaldo da Silva, alertou que a direção da estatal sequer abre os números da postal saúde, mesmo internamente. “Não há transparência, mas falam em déficit o tempo todo”.

Grupo de trabalho

“As pessoas vestem a camisa dos Correios, de coração. A vontade dos servidores é de contribuir pela recuperação da estatal”, destacou o deputado Leonardo Monteiro, presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Correios. O parlamentar sugeriu a criação de um grupo de trabalho, com assessoria técnica da Câmara e do Senado, a direção da estatal e entidades sindicais, para sintetizar as propostas das últimas audiências, encaminhar, viabilizar e salvar os Correios.

“A gente continua produzindo, passando nas ruas todos os dias, nos locais mais difíceis de chegar, fazendo porta a porta. Apelo ao presidente Guilherme Campos que debata com as representações sindicais o modelo de Correios. Falamos de uma empresa que não queremos que seja privatizada ou entregue ao capital privado”, finalizou o secretário-geral da FENTECT.

Fonte: Fentect



As ameaças continuam

Trabalhadores e trabalhadoras, é público e notório que estamos em plena crise política e econômica. A crise política deve-se pelo não acatamento dos resultados das urnas nos últimos doze anos. Isso acontece não só no Brasil, mas em outros países da América do Sul, principalmente. Assim, a direita conservadora busca uma saída para desgastar o governo que lhe é adverso, faltando escrúpulo, e aposta em um golpe, apoiado por uma mídia golpista e pelos conservadores. Depõem um governo escolhido nas urnas e substituem por um de direita, com a missão de cumprir a pauta dos ruralistas, latifundiários, empresários, entre outros.

Mais um golpe se avizinha, agora na classe trabalhadora. Intelectuais, economistas de renome, entre outros cientistas financiados pelos conservadores fascistas, apresentam solução para a crise. Qual seria? Retirada de direitos e conquistas através das "reformas" da previdência e trabalhista. A mídia golpista ajuda neste intento, massificando através de propagandas mentirosas e outras ferramentas.

Nos Correios, a ameaça de privatizar é uma constante, tirando o sossego e a paz do ecetista. A todo o momento, nos ameaçam com a possibilidade de pagamentos vultosos em nosso plano de saúde, muito acima de nossas possibilidades, uma vez que somos a estatal com o menor piso salarial. Nosso plano de previdência privada nos foi retirado, após denúncias de corrupção e má gestão. É assim que agem os facinorosos cruéis do capitalismo, sempre nos obrigando a pagar as contas que eles contraem.



Conferência Municipal de Saúde

Por Geraldo França, diretor de Saúde do Sintect/JFA

Companheiros e camaradas, participamos, entre os dias 8 e 11 de junho, da 8ª Conferência Municipal de Saúde, tratando, principalmente, das ameaças ao Sistema Único de Saúde.

O Conselho Nacional de Saúde (CNS), que tem como princípio básico para organização de sua agenda, a defesa da democracia representativa e direta, investe na ampliação da mobilização e participação social em defesa do SUS e dos direitos sociais. A participação social na saúde se expressa, especialmente, nas conferências de saúde nacionais e conselhos municipais e estaduais, que são instâncias de autoridade máxima na formulação e controle da execução da política nacional de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros. A avaliação no âmbito da saúde pública e dos subsistemas privados do Brasil, como prescreve a Constituição, tem se posicionado com coerência e organizado ações coletivas e lutas em relação às seguintes prioridades: defesa da PEC 01/2015, na regulamentação da receita da CF88, ação direta de inconstitucionalidade (Adin) da Emenda Constitucional 95, junto ao STF, e continuidade da luta contra PEC 241/55-2016, que foi aprovada na Câmara Federal e no Senado, que institui o novo regime fiscal; EC 95/2016, com teto para realização de despesas primárias até 2036 e torna sem efeito vinculações constitucionais orçamentárias de receita para as áreas de saúde e educação, a partir de

2018, e que representa um retrocesso na aplicação de recursos por 20 anos no SUS; uma fiscalização do subsistema de saúde complementar, revogação do art. 142 da lei 13016, que permite a entrada de capital estrangeiro nos serviços de assistência à saúde; combate sem tréguas a PL 1330/2014 que permite a terceirização sem limites, inclusive das atividades fim; posição contrária a PEC 451/2014 porque esta fere o princípio constitucional do direito universal à saúde; apoio à comissão parlamentar de inquérito para elaboração do projeto de plano de saúde acessível, estabelecido pela Portaria 1482/2016 e solicita imediata revogação desta portaria, sendo que a resolução permanece sem homologação à resolução e CNS nº534/2016.

Retirar direitos fundamentais significa negar acesso a serviços públicos de saúde, gerando adocimento e mortes, em pleno séc. XXI, em uma sociedade de conhecimento e grandes avanços técnicos e científicos. Esta realidade coloca uma defesa intransigente do SUS, público e universal, na resistência ao desmonte inevitável da saúde pública e o fortalecimento da participação social.

Esta é a situação atual. Temos que nos mobilizar na defesa do SUS. Uma defesa, como diz o texto acima, sem tréguas, ou então adocemos mais ainda, principalmente, a população mais sofrida.



Por Reginaldo de Freitas, diretor de Relações Sindicais do Sintect/JFA

A era de um governo ilegítimo

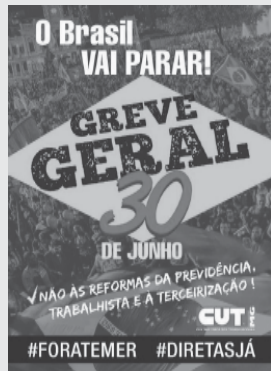
Estamos vivendo uma crise profunda. Temos um governo sem legitimidade, um Congresso atolado em um mar de denúncias de corrupção e um STF nem um pouco confiável, uma vez que os juízes são indicações dos citados em delações.

Pois bem, companheiros e companheiras, somente nos resta a luta. Foi através dela que conseguimos todos os direitos e conquistas de que hoje gozamos. Assim, não podemos permitir que um governo ilegítimo, juntamente com um parlamento que não nos representa, retire os direitos e conquistas alcançados por nós, através de grandes lutas. Foi nas ruas, companheiros e companheiras, que alcançamos essas conquistas e será nas ruas que manteremos esses direitos.

Hoje, temos que pensar de maneira coletiva, unidos contra este governo fascista, para derrubá-lo, juntamente com o parlamento antipático aos interesses da classe trabalhadora.

Nós, ecetistas, temos a luta pelo plano de saúde, POSTAL SAÚDE; teremos as negociações salariais que serão duríssimas, pois a ECT alega um déficit e, assim, propõe retirada de direitos e conquistas. Querem a todo custo passar a conta de uma gestão irresponsável para nós, e não podemos permitir, de maneira alguma, pois somos a empresa pública com o menor piso salarial, não comportando mensalidades em nosso plano de saúde.

A greve, do dia 30 de junho, será um termômetro para a ECT, por isso a necessidade de fazermos uma grande paralisação, como resposta à proposta da empresa que virá rebaixada como sempre. No dia 19/06/2017 na CAS (comissão de assuntos sociais) o governo sofre uma derrota imprevista, resultado das ruas, das redes sociais. Por isso devemos continuar denunciando os parlamentares que votam contra nossos interesses. Vamos vencer o fascismo e o neoliberalismo de um governo ilegítimo que governa para os empresários, latifundiários e ruralistas.



34º Conrep acontece em julho, em Brasília

Na reunião da Diretoria Colegiada, realizada no dia 07 de junho de 2017, foi deliberada a realização do 34º CONREP (Conselho de Representantes da Federação), em Brasília, que acontecerá entre os dias 12 e 15 de julho. A tirada de nomes dos delegados foi feita no período de 12 a 23 de junho, com envio até 28/06.

O Sintect/JFA, com certeza, marcará presença com seus representantes. Os eixos do encontro você confere a seguir:

1. Conjuntura;
2. Luta contra a Privatização dos Correios;
3. Luta contra as demissões e perseguições;
4. Plano de Saúde;
5. Pauta de reivindicações;
6. Plano de Luta e Calendário.



Encontro de Mulheres abordará realidade das ecetistas

A Secretária da Mulher da FENTECT está com a pauta de reivindicações pronta para o 34º Conrep, que será realizado em Brasília. As propostas e encaminhamentos foram construídos no XX Encontro Nacional de Mulheres, em Salvador, nos dias 19, 20 e 21 de maio. Os temas debatidos no evento abordaram a realidade das ecetistas no meio de trabalho e na sociedade, com foco nas Reformas Trabalhista e Previdenciária do governo de Michel Temer, ainda, na reestruturação dos Correios. Ao todo, 140 mulheres compareceram e demonstraram desejo pela mudança e por melhorias, que serão alcançadas à base de conhecimento e participação.

Para a Secretária da Mulher, portanto, é fundamental aos sindicatos que invistam na manutenção das mulheres na luta, para que essas, em maioria nas ruas, sejam também em grande número nos eventos relacionados à categoria, principalmente nas reuniões que compõem a campanha salarial.



Fonte: Fentect

CPI da Previdência ouve centrais sindicais

A 13ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada para analisar se existe, de fato, o déficit previdenciário alegado pelo governo ilegítimo, teve, no dia 12 de junho, a participação das Centrais Sindicais. O objetivo do presidente da CPI, senador Paulo Paim (PT/RS), foi debater o impacto da reforma da Previdência para a classe trabalhadora.

A avaliação dos representantes dos trabalhadores foi unânime: essa reforma irá massacrar quem contribui com o sistema previdenciário e privilegiar grandes empresas devedoras da previdência.

Valeir Ertle, secretário nacional de Assuntos Jurídicos da CUT, destacou que a maioria da tributação cai em cima dos assalariados, "enquanto os sonegadores estão soltos por aí". O dirigente

apontou, ainda, que a reforma da Previdência deveria ser barrada e prosseguir somente após a conclusão dos trabalhos da CPI. "Não dá para o povo pagar a conta desse golpe de Estado que foi feito para tirar os direitos dos trabalhadores." E prosseguiu, "estamos trabalhando uma grande greve geral para o dia 30 de junho para, mais uma vez, parar o Brasil e mostrar aos financiadores do golpe que não aceitaremos essas imposições do mercado financeiro", concluiu.

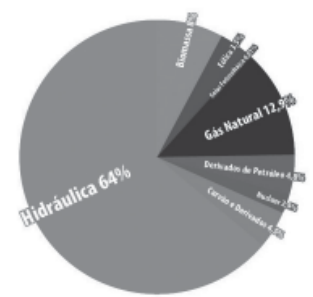
Nenhum parlamentar governista compareceu ao plenário da comissão, que durou a tarde toda. Em funcionamento desde abril, a CPI já realizou dez audiências sobre o tema.

Fonte: CUT Nacional

Brasil está longe de um programa ideal de energias renováveis

Em meio a danos ambientais cada vez mais aparentes no mundo, especialistas defendem o uso de energias renováveis para diminuir impactos como a emissão de gases de efeito estufa e o aquecimento global. Um dos meios para isso é a substituição do petróleo como elemento principal da matriz energética global por formas de maior eficiência, como solar e eólica. Segundo o diretor do Departamento de Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Carlos Alexandre Pires, essa é uma das principais linhas de investimento do governo federal em geração de energia.

Matriz elétrica brasileira 2015



O Brasil tem pouco mais de 40% de sua energia gerada por fontes renováveis. Em relação à geração de eletricidade, as hidrelétricas são as principais forças, responsáveis por 64% da produção. No entanto, a matriz ainda pouco diversificada não garante segurança energética, resultando muitas vezes em problemas de abastecimento, como a crise enfrentada pelo Brasil em 2015.

Segundo o presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiap), Mário Menel, embora o setor tenha um planejamento indicativo, é difícil controlar essa expansão, já que em um leilão prevalece a fonte que oferece o menor custo. Ele explica que a matriz elétrica brasileira comporta todas as fontes e tem bastante variedade, mas fatores como o baixo custo e facilidade de estocagem ainda favorecem as hidrelétricas.

Esse cenário, no entanto, também vem sofrendo mudanças devido a outros fatores como a questão ambiental, que limita cada vez mais a construção das hidrelétricas e também a seca severa que algumas regiões vêm sofrendo. Para o Ministério de Minas e Energia, os principais desafios com a entrada dessas fontes são econômicos e operacionais. Carlos Alexandre explica que a questão das intermitências de fontes como a eólica, que não é gerada quando falta vento, e da solar, que também fica parada durante a noite, impactam diretamente no preço da energia elétrica ofertada.

Fonte: Agência Brasil